

Minas resiste à idéia de ficar sem banco

Posição do governo mineiro emperra negociação de acordo para dívidas com União

LU AIKO OTTA
e MÔNICA IZAGUIRRE

BRASÍLIA — A resistência do governo de Minas em se comprometer a não ter mais nenhum banco comercial sob controle está emperrando a finalização do acordo de reestruturação do sistema financeiro do Estado. Segundo uma fonte do governo federal que acompanha as negociações, esse era o principal obstáculo a ser superado durante as negociações mantidas ontem.

O Banco Central, principalmente, não concorda com a liberação de recursos para saneamento dos bancos oficiais mineiros, se o acordo contiver qualquer brecha que permita ao governo estadual continuar, ou voltar no futuro, a ser controlador de um banco comercial. À noite, as negociações prosseguiram e havia expectativa de se chegar a um acordo e submeter as medidas para a reestruturação do sistema financeiro de Minas ainda hoje ao Conselho Monetário Nacional (CMN).

No início da noite, o vice-gover-

nador de Minas, Walfrido dos Mares Guia, e o secretário de Fazenda do Estado, João Heraldo Lima, reuniram-se com o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, e com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, para uma reunião "decisiva", segundo definiu o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

Fomento — Segundo Parente, a idéia é privatizar dois dos bancos estatais mineiros: o Credireal e o Bemge. Uma terceira instituição, a

MinasCaixa, já está em processo de liquidação, que será concluída. Finalmente, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) será transformado numa agência de fomento. "Com isso, o Estado de Minas Gerais, que tinha quatro instituições financeiras, fica com apenas uma agência de fomento", comentou Parente. "Isso está

claramente dentro do espírito da medida provisória do sistema financeiro estadual, que é reduzir a presença dos Estados."

A operação, segundo Parente, deverá envolver recursos do Banco Central e do Tesouro Nacional, conforme autoriza a MP. Ele explicou também que as medidas serão submetidas ao CMN como uma precaução, uma vez que elas alteram o sistema financeiro.



BC É CONTRA
LIBERAR VERBA
PARA SANEAR
INSTITUIÇÕES